

Sumário

Agradecimentos	07
Apresentação	09
Prefácio	15
Introdução	19
Capítulo 1. Sistema orçamentário e efetivação dos direitos financiados pelo Estado	23
1.1 Estado e satisfação das necessidades públicas por meio da atividade financeira: razões da tributação	23
1.1.1 O mito das finanças neutras.....	31
1.2 O custo dos direitos.....	33
1.3 Sistema orçamentário brasileiro	41
1.3.1 As três leis orçamentárias.....	43
1.3.2 Natureza jurídica do orçamento público e das normas por ele positivadas.....	51
1.4 Processo de positivação das despesas públicas nas leis orçamentárias	57
1.5 Os efeitos econômicos e sociais das despesas públicas crescentes	63
Capítulo 2. Norma jurídica da despesa pública	69
2.1 Conceito de despesa pública	69
2.1.1 Classificação das despesas públicas	71
2.2 Estrutura lógica das normas jurídicas	73
2.3 Modais deônticos e norma jurídica	77
2.4 Natureza jurídica das normas que dispõem despesas.....	79
2.5 Normas de despesa pública: autorizações ou obrigações?..	83
2.6 Regra-matriz tributária e regra-matriz da despesa pública..	87
2.7 Despesa pública na Constituição Federal: crítica às críticas das vinculações constitucionalmente estabelecidas.....	95

2.8 Despesa pública na Lei Complementar de número 101: limites estabelecidos para despesa com pessoal.....	99
---	----

Capítulo 3. Execução das despesas públicas e o papel dos Poderes Executivo e Legislativo	103
3.1 Execução das despesas públicas.....	103
3.1.1 Empenho	105
3.1.2 Liquidação.....	107
3.1.3 Pagamento	109
3.1.4 Créditos adicionais	111
3.2 Importância da execução do Orçamento na efetivação dos direitos constitucionalmente estabelecidos.....	113
3.3 O Executivo como gestor das finanças do Estado no Brasil	115
3.3.1 Problemas na execução das despesas públicas.....	119
3.3.1.1 Separação dos Poderes, limitação de empenho e o contingenciamento das despesas	121
3.4 O papel do Legislativo na construção do Orçamento e a execução orçamentária	133
Capítulo 4. Controle jurisdicional das despesas públicas	141
4.1 Legitimidade das decisões judiciais na área do direito financeiro.....	143
4.2 Desconstrução do orçamento público como questão menor na efetivação dos direitos: análise do consequencialismo (ou da falta dele) nas decisões judiciais... ..	147
4.3 Possibilidade de controle jurisdicional da execução do que já foi programado e o mito da “reserva do possível”	161
4.4 Razões da ineficácia do controle judicial sobre a execução das despesas: da autolimitação dos Tribunais ao princípio da periodicidade.....	165
Conclusão.....	171
Referências.....	175